

O TRABALHO HOJE E NO FUTURO

GUIA PEDAGÓGICO



ÍNDICE

Sobre o guia pedagógico	3
Introdução	4
- <i>Porquê um recurso pedagógico sobre o trabalho?</i>	
- <i>Sobre a estrutura do recurso pedagógico...</i>	
- <i>Sobre os materiais de apoio sugeridos e disponibilizados...</i>	
O que é Educação para a Cidadania Global? Uma perspetiva...	8
O papel do/a Educador/a	10
Metodologia	12
- <i>Abordagem e princípios</i>	
- <i>Sugestões metodológicas práticas</i>	
Apresentação dos subtemas	18
- <i>Trabalho e migrações</i>	
- <i>Automatização do trabalho</i>	

SOBRE O GUIA PEDAGÓGICO

Este **guia pedagógico** para educadores e educadoras foi pensado para apoiar a utilização do recurso. A sua consulta é importante antes de passarem à prática, pois:

- explica a forma como o recurso se encontra organizado e como pode ser utilizado;
- apresenta algumas reflexões sobre o conceito de Educação para a Cidadania Global (ECG) e a sua evolução histórica;
- fornece dicas sobre o papel do educador e da educadora à luz da ECG;
- apresenta um enquadramento conceptual sobre o tema do trabalho no geral, e em particular sobre o âmbito das migrações e da automatização do trabalho, que poderá ser importante para o desenvolvimento do percurso e das atividades;
- fornece dicas metodológicas concretas para a realização dos percursos e das atividades sugeridas;
- sugere algumas referências (livros, artigos, sites, vídeos) que consideramos úteis e interessantes para aprofundar conhecimentos no âmbito da Educação para a Cidadania Global.

Esperamos que seja útil e inspirador.

Boas experiências e boa viagem!

INTRODUÇÃO

Porquê um recurso pedagógico sobre o trabalho?

O trabalho é algo que faz parte das nossas vidas, que procuramos, que vivemos com maior ou menor felicidade e realização, é algo que começamos a ouvir falar em casa, na escola, ... Mas, será que a forma como cada um e uma de nós olha hoje para o trabalho é igual à forma como outras pessoas, mais perto ou mais distantes, noutros países, noutros tempos, olham ou olharam?

Na Europa, o trabalho assumiu forte centralidade no seguimento da Revolução Industrial, das lutas dos operários e, sobretudo, do pós-II Guerra Mundial ao assumir-se enquanto direito e enquanto condição, a condição salarial. Salário garantido, direitos e regulação laborais - como contrato de trabalho, horário fixo, proteção social - uma organização produtiva assente na especialização, na estabilidade e continuidade do trabalho estão na origem do que ainda hoje chamamos “emprego”.

Um modelo de sociedade que procurava o pleno emprego, ou seja trabalho digno e seguro para todas as pessoas, e que fez corresponder à atividade produtiva dos seres humanos uma dimensão da sua cidadania. Pelo menos na Europa. Mas que ligações teve esse modelo com o resto do mundo? Na América Latina, nas sociedades existentes antes da colonização, as suas línguas originárias não possuíam especificamente o termo “trabalho” como o entendemos hoje. No Equador, por exemplo, os termos que mais se associavam na língua originária a trabalho eram *Ayni*, que significa “trabalho coletivo e familiar” ou *Rantinpac*, palavra utilizada para falar do “trabalho solidário e da ajuda mútua”. O conceito de trabalho, associado à venda de mão de obra e a trabalho, não existia; existia sim uma noção de trabalho associada a um sentido coletivo.

Na Europa, o trabalho está fortemente ancorado na organização dos processos produtivos, e em modelos económicos, simultaneamente locais e globais. Mas também na sociedade em geral, envolvendo assim cada um e uma de nós.

Os anos 80-90 trouxeram algumas mudanças nesses modelos e processos, com o aparecimento das tecnologias de informação e um aprofundamento da globalização da economia. Podemos perguntar-nos hoje o que ainda resta do modelo da “sociedade salarial” e do emprego enquanto direito cidadão, quando as palavras que vamos ouvindo são flexibilidade, “fim do emprego”, empregabilidade, adaptação ao mercado de trabalho, empreendedorismo e autocriação de trabalho.

No contexto das diferentes reconfigurações das relações dos seres humanos com o trabalho, as e os jovens confrontam-se atualmente com problemas como a diminuição da disponibilidade de empregos - na acepção acima mencionada -, a diversificação dos tipos de contrato, os trabalhos irregulares, a terceirização. Algo que foi sendo chamado de precariedade.

Por um lado, existem declarações que consagram o direito ao trabalho (Declaração Universal dos Direitos Humanos), o direito ao trabalho digno e pleno emprego (Organização Internacional do Trabalho). Por outro, temos a realidade. Estamos em colisão com os direitos que proclamamos? Acomodamo-nos ou lutamos por eles? Ou existirá até necessidade de repensá-los? E como é que essas reconfigurações do trabalho acontecem noutros lugares e que relação têm com as migrações de pessoas entre países? Porque é que muitos jovens procuram trabalho (ou emprego) noutros lugares? E em que medida as tecnologias vieram contribuir para modificar as formas de trabalhar? Que modificações são essas? Têm-se alterado? E como afetam a nossa vida?

São várias as questões que se podem colocar no âmbito do tema do “trabalho” e que merecem ser refletidas. Este **recurso educativo** trata justamente de algumas destas questões complexas e imbricadas, mas

relevantes para todos e todas. **“Trabalho hoje e no futuro”** destina-se aos e às jovens entre os 14 e os 18 anos (3.º ciclo e secundário), fase em que se prepara a entrada no mundo do trabalho, e tem por fim fornecer algumas pistas para olhar e refletir. Dos vários temas que poderiam ser aqui abordados, optou-se por focar três. Um primeiro transversal, que permite fazer uma leitura histórica e etimológica do surgimento do trabalho e das diferentes perspetivas sobre o que o mesmo significa, enquadrado numa perspetiva de Educação para a Cidadania Global, e dois subtemas específicos: **“trabalho e migrações”** e **“automatização do trabalho”**.

Para cada subtema propõe-se um percurso pedagógico de Educação para a Cidadania Global (ECG). Um percurso que não dá respostas definitivas, mas, é antes um convite à reflexão crítica e ao diálogo entre educadores e educadoras e jovens, sobre o que está a acontecer e os futuros que se desenham, e oferece ferramentas para que se posicionem, através do pensamento e da ação, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e equitativo.

Sobre a estrutura do recurso pedagógico...

O recurso pedagógico é composto por um módulo introdutório principal e dois subtemas que derivam do primeiro. Cada um dos subtemas encontra-se organizado em cinco etapas com objetivos específicos: 1.º Desvendar, 2.º Aprofundar, 3.º Atuar; 4.º Avaliar a atividade e 5.º Partilhar resultados.

As três primeiras etapas – DESVENDAR, APROFUNDAR e ATUAR – correspondem ao desenvolvimento prático das atividades propostas. Por sua vez, cada uma destas 3 primeiras etapas encontra-se dividida nos seguintes passos: 1. Apresentação da etapa; 2. Introdução à atividade; 3. Atividade; 4. Reflexão coletiva; 5. Sistematização; e 6. Proposta de ação (esta última específica da etapa ATUAR). Os passos são desenvolvidos a partir de metodologias participativas e ativas e da combinação de diferentes materiais, como procuramos dar a conhecer abaixo:

DESVENDAR

Nesta etapa introduzem-se as questões relativas aos dois subtemas. A partir de algumas propostas de atividades, vivenciadas e refletidas, espera-se que as e os participantes consigam refletir sobre:

- a) as diferentes causas das migrações, as interligações entre estas e a sua influência na relação com o trabalho, nomeadamente na inclusão de migrantes.
- b) O que significa a automatização do trabalho e as respetivas vantagens e desvantagens, bem como causas e consequências para os cidadãos e as cidadãs da automatização do trabalho e dos serviços.

APROFUNDAR

Nesta etapa as reflexões iniciadas na etapa anterior são aprofundadas. Espera-se que os e as participantes:

- a) relacionem trabalho e migrações com as causas estruturais da pobreza e das desigualdades e que reflitam no papel que podem ter na construção de um mundo mais equilibrado, justo e sustentável.
- b) Reflitam sobre a automatização do trabalho, analisando as suas potenciais consequências, tanto ao nível pessoal, como coletivo; e analisem a forma como a ciência e a tecnologia podem ou não responder às necessidades da sociedade, aumentando a justiça social e a equidade.

ATUAR

Nesta etapa o foco é o agir face às realidades que se descobriram. Para agirmos no sentido de mudar o que pensamos que deve ser diferente é fundamental conhecer, refletir, escolhermos um posicionamento que corresponda aos nossos valores e que contribua efetivamente para mudar.

As três atividades propostas por subtema, também sequenciais, foram pensadas no sentido de os e as participantes conhecerem várias ideias que têm sido veiculadas para fazer face a problemas que se colocam ao nível do presente e do futuro do trabalho, de as debaterem entre si e de as partilharem com os seus pares e outras pessoas do seu contexto.

Pretende-se que o debate a partir destas questões permita:

a) Estimular o pensamento crítico na desconstrução de narrativas com base nas dimensões da literacia mediática e perceber que “pensar criticamente” é em si uma forma de atuação. A análise crítica de narrativas dos media comporta em si própria uma dimensão de atuação importante no âmbito da ECG.

b) Ganhar consciência de que se podem pensar e experimentar políticas públicas bem como formas autónomas de organização que preservem os direitos coletivos e individuais – nenhuma realidade é inquestionável; contribuir para a criação de políticas e formas concretas de atuação que procurem responder aos problemas; partilhar com maior conhecimento de causa questões que se colocam nas nossas sociedades e que afetam as vidas das pessoas, e reforçar o pensamento e o trabalho colaborativos.

Nas quarta e quinta etapas – AVALIAR A ATIVIDADE e PARTILHAR OS RESULTADOS – propõe-se a avaliação das aprendizagens realizadas pelos e pelas participantes e lança-se o desafio de partilharem, nomeadamente com as entidades promotoras do recurso¹, um resumo da atividade e contributos e recomendações que facilitem melhoramentos futuros e mantenham esta cadeia de aprendizagens em movimento.



¹ Email para contacto: ed@cidac.pt e ed@fgs.org.pt

A relação entre o módulo introdutório e os dois subtemas foi pensada para que a sua aplicação possa ser efetuada de um modo sequencial. Neste caminho, sugere-se que a realização do percurso possa começar pelas atividades propostas no módulo introdutório e só depois trabalhar o(s) subtema(s).

A mesma lógica se aplica às etapas propostas em cada subtema, que foram construídas de forma interligada e sequencial, indicando um percurso e sugerindo experiências que seguem uma estrutura cíclica de aprendizagem, embora o recurso seja flexível. Quer isto dizer que dá espaço e liberdade para educadores e educadoras trilharem o seu caminho (optando, por exemplo, por desenvolver apenas algumas etapas ou atividades autonomamente) e para o enriquecerem com outros métodos e materiais, de acordo com os objetivos e as necessidades do grupo com quem vão trabalhar e as suas próprias, e o tempo que podem disponibilizar para a atividade. Também os tempos propostos ao longo dos vários passos são apenas indicativos e devem ser adaptados às circunstâncias.

Por outro lado, apesar do recurso ter sido pensado para o contexto de educação formal, a sua versatilidade permite que seja usado em contextos de educação não formal, e adaptado a outras idades/níveis de ensino.

O QUE É A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL? UMA PERSPETIVA...

A escola constitui um espaço privilegiado de educação onde alunos e alunas passam muitas horas dos seus dias, no entanto reproduz um modelo que hoje é insuficiente para a preparação das novas gerações para alguns dos desafios contemporâneos. A Educação para a Cidadania Global (ECG) propõe um modelo diferente, podendo complementar os currículos escolares, através da promoção de um desenvolvimento integrado da pessoa e do seu pensamento crítico, da inclusão de valores de justiça social e equidade, de metodologias horizontais que estimulem a participação em vez da memorização e mecanização de procedimentos e a colaboração em vez da competição.

A Educação para a Cidadania Global nasceu dos debates teóricos e das perspectivas de ação da Educação para o Desenvolvimento (ED), formulados em torno do combate às desigualdades estruturais entre o “Norte” e o “Sul” - conceitos geográficos conotados com a oposição entre “Países Desenvolvidos” e “Países em Desenvolvimento” - e beneficiando paralelamente da aproximação entre a educação formal e não formal. O grande impulso à ED surgiu nos anos 70, período que correspondeu a uma conceção mais crítica do conceito de ED e das suas práticas, e que beneficiou da reflexão dos movimentos de renovação pedagógica (Iván Illich e Paulo Freire) sobre a responsabilidade histórica do “Norte” e das propostas educativas inovadoras por eles trazidas, que foram sendo incorporadas pela ED (Mesa, 2014²).

A globalização e respectivas mudanças políticas, económicas e culturais acentuaram e tornam mais visíveis desequilíbrios históricos nas sociedades, que exigem respostas concertadas, a nível local, nacional e global, sob pena de não terem capacidade de serem eficazes e causarem impacto.

A Cidadania Global é uma proposta de entendimento e resposta a estes desequilíbrios, fundada sobre princípios éticos e políticos de solidariedade, equidade e justiça social, e possibilitada pela contínua reflexão crítica capaz de pôr em causa ideias preconcebidas. Nesta perspetiva de justiça social, a equidade e igualdade de oportunidades é um pilar básico. Equidade que implica uma maior igualdade nas condições sociais, económicas e políticas entre cidadãos/ãs e entre Estados de diferentes geografias, igualdade de oportunidades entre Homens e Mulheres³ e géneros não-binários e não-normativos, para pessoas portadoras de deficiências, entre outras dimensões igualmente importantes.

A Educação para a Cidadania Global (ECG) é a face pedagógica do processo de construção de uma Cidadania Global crítica, assente na procura sistemática de coerência entre valores e propostas, objetivos e estratégias, discursos e práticas. Tem como fim a formação de cidadãos e cidadãs comprometidos, apresentando-se como um caminho para a construção de sociedades mais justas, equitativas, solidárias e democráticas, num planeta sustentável.

A ECG não tem temas que lhe sejam específicos. O que a distingue é a forma como permite olhar a realidade, interrelacionando “problemas” com as suas várias componentes (social, económica, política, ambiental, etc.), com o objetivo de olhar e analisar em profundidade e de forma não segmentada a realidade. Nesta abordagem de ECG há toda a liberdade de pensamento e expressão, mas não de neutralidade, uma vez que, por um lado,

2 Mesa, Manuela (2014). Precedentes y evolución de la Educación para el desarrollo: un modelo de cinco generaciones, Sinergias - Diálogos Educativos para a Transformação Social, 1, 2014: 24-56. Consultado em 27 de outubro de 2017 através de: <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/52-manuela-mesa-precedentes-y-evolucion-de-la-educacion-para-es-desarrollo-un-modelo-de-cinco-generaciones>.

3 Nesta linha de pensamento, optou-se neste recurso pela utilização de linguagem inclusiva, em coerência com o que consideramos que é a Educação para a Cidadania Global.

todos somos sujeitos políticos e, por outro, a própria ECG assenta em valores e princípios alicerçados nos Direitos Humanos, como justiça social, solidariedade, equidade, igualdade de oportunidades, entre outros.

A Educação para a Cidadania Global não é um conceito fechado e estanque no tempo. A definição aqui apresentada parte da perspetiva atual das duas organizações promotoras do projeto, pretendendo-se que esta permita alimentar a discussão sobre o conceito, bem como dar um contributo para o conjunto das visões e perspetivas existentes sobre o tema.

Para mais informações e outras perspetivas sobre o conceito de Educação para a Cidadania Global, sugerimos a consulta ao site da Rede ECG, [aqui](#).

Algumas referências para aprofundamento do conceito e práticas de Educação para a Cidadania Global.

1) Artigos e documentos de referência:

- Andreotti, Vanessa (2006). Educação para a cidadania global: soft versus critical. *Sinergias - Diálogos Educativos para a Transformação Social*, 1, 2014: 57-66. Consultado em 15 de maio de 2017 através de: <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/53-vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical>
- Cardoso, Jorge; Teotónio Pereira, Luísa; Neves, Maria José (coord.) (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. Ministério da Educação. Consultado em 22 de fevereiro de 2018 através de: <http://www.dge.mec.pt/noticias/educacao-para-cidadania/referencial-de-educacao-para-o-desenvolvimento-educacao-pre-escolar>
- UCODEP, Intermon Oxfam, Inizjamed, & CIDAC (2008). *Educação para a Cidadania Global: Manifesto Internacional*. Consultado em 15 de maio de 2017 através de: <https://www.cidac.pt/files/3113/8497/4866/CMManifesto.pdf>

2) Sites institucionais:

- Rede de Educação para a Cidadania Global: <http://www.rede-ecg.pt/>

3) Inspirações:

- Acervo Paulo Freire - repositório digital: <https://www.paulofreire.org/o-acervo-paulo-freire>
- Vídeo “Educación Transformadora”, por Oscar Jara: https://www.youtube.com/watch?v=vg_TfTfK6sM

O PAPEL DO/A EDUCADOR/A

O Papel do Educador e da Educadora

“A educação ou funciona como um instrumento que serve para facilitar a integração da geração mais jovem na lógica do sistema atual e trazer conformidade, ou torna-se a prática da liberdade, o meio através do qual homens e mulheres lidam de forma crítica e criativa com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo”.

Paulo Freire, 1997⁴

Na lógica atual de crescentes dificuldades na gestão do papel que os e as educadoras desempenham na vida dos e das suas alunas, este tipo de proposta pedagógica pretende propor uma abordagem de trabalho diferente para uma construção do conhecimento mais apropriada por todos/as.

Oscar Jara (2016)⁵, refletindo exatamente sobre os desafios que são colocados aos educadores e às educadoras, propõe várias dimensões para o papel que o ou a educadora poderão desempenhar na dinamização de processos educativos transformadores.

Dimensão de transformação

Uma educação que permita o desenvolvimento de processos que possibilitem gerar em quem neles participa capacidades de transformação e mudança, com vista à sociedade a que aspiramos, e que não possibilitem somente a adaptação às mudanças que acontecem nas sociedades.

Emancipação

Uma educação na qual a preocupação do/a educador/a não está em depositar conhecimentos previamente elaborados na mente do/a educando/a, como se fosse um objeto (educação vertical), mas uma educação problematizadora, dialógica, na qual ambos (educador/a e educando/a) são sujeitos geradores de aprendizagens, permitindo assim libertar as capacidades e potencialidades de cada uma das pessoas (educação horizontal).

Desafio

Uma educação que empreenda buscas e que corra o risco de inovar didática, pedagógica, política e esteticamente. Todo o processo de mudança enfrenta dilemas e desafios: possibilidades, resistências, fortalezas e debilidades. Daí a importância da busca quase diária da coerência ética e na forma como ela se torna orientadora da prática.

A escolha de formatos pedagógicos inclusivos, reflexivos e participativos é parte fundamental dos processos de aprendizagem transformadores (ver o capítulo seguinte “Metodologia”).

4 Freire, Paulo, *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

5 Jara, Oscar (2009). O desafio e a arte de aprender, *Rizoma Freireano*, 4, 2009. Consultado em 15 de maio de 2017 através de: <http://www.rizoma-freireano.org/index.php/o-desafio-e-a-paixao-de-aprender--oscar-jara-h>

Jara, Oscar (2016). Dilemas y desafíos de una educación para la transformación - algunas aproximaciones freirianas, *Sinergias - Diálogos Educativos para a Transformação Social*, 4, 2016: 19-26. Consultado em 15 de maio de 2017 através de: <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/101-educacion-transformacion>

E uma nota final! **Não há super educadores/as.** Existem educadores/as que gerem (e geram) tensões, que buscam coerências e procuram ser desafiadores/as de si mesmos/as e de outros/as nos processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo, que são aprendentes nesse mesmo processo.

Por isto, o educador ou a educadora deve assumir uma postura não hierárquica, mas de diálogo e de aprendizagem com os e as participantes. Certamente que irão surgir questões para as quais não têm respostas, o que não é mau, nem tem de ser sinónimo de falta de preparação da vossa parte. É importante que o educador ou a educadora reconheça que não tem todas as respostas e assuma o risco de partilhar algumas perguntas, não esquecendo o seu papel simultâneo de “aprendente”.

METODOLOGIA

Na perspectiva da Educação para a Cidadania Global, a metodologia é tão importante como o conteúdo (inclusive forma também é conteúdo) e devem ser coerentes entre si. Neste sentido, de seguida apresentam-se algumas dicas e orientações (princípios, abordagens pedagógicas e orientações práticas) que se consideram úteis para o recurso, estando conscientes de que haverá muitos outros aspetos que poderiam ser aqui abordados.

ABORDAGEM E PRINCÍPIOS

A Educação para a Cidadania Global assenta a sua prática em metodologias que permitam promover a construção horizontal de conhecimentos e o desenvolvimento de processos de aprendizagem assentes na experiência de cada sujeito.

São muitas as propostas educativas que permitem fazê-lo. Entre elas destacamos a Educação Não Formal, a cujas metodologias e princípios a Educação para a Cidadania Global recorre nas suas práticas.

A **Educação Não Formal** apresenta-se enquanto processo de aprendizagem social, centrado na/o formanda/o-educanda/o, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal, podendo ser complementar a este. A educação não formal, ao propor dinâmicas pedagógicas e metodológicas especificamente desenhadas, distancia-se dos procedimentos escolares convencionais, partindo e valorizando a experiência da pessoa participante; estimulando a participação integral do grupo de forma voluntária; assente em valores sociais e humanos; conduzindo a processos de transformação pessoal e colectivos (Castanheira Pinto; Constante Pereira, 2015)⁶.

Alguns dos princípios fundamentais da Educação Não Formal:

- Livre
- Centrada no/a Pessoa e nas suas experiências
- Participação Voluntária
- Horizontal
- Estimula o pensamento crítico sobre a realidade e é orientada para a sua transformação

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PRÁTICAS

· Abordagem interdisciplinar e colaborativa

O recurso foi pensado para ser aplicado em contexto de educação formal, mas a sua versatilidade permite usá-lo em contextos de educação não formal, e a partir de qualquer disciplina/área de conhecimento. Inclusive, sugere-se que educadores e educadoras de diferentes disciplinas se impliquem no processo (desde a preparação até à concretização das sessões), de forma colaborativa,

⁶ Castanheira Pinto, Luis; Constante Pereira, Susana (2015), Educação Não-Formal para uma Infância Real, Rede Inducar. https://issuu.com/mediateca_inducar/docs/educacao_ngo-formal_para_uma_infanc

dada a complexidade e a interdependência das temáticas de ECG e das questões abordadas nos subtemas do recurso, bem como os ganhos ao nível do enriquecimento da reflexão que esta interdisciplinaridade pode aportar. A realização conjunta deste percurso permite o aprofundamento das relações de colaboração entre educadores e educadoras e a sua distribuição por tempos curriculares de diferentes disciplinas. Reduzindo, deste modo, os impactos das sessões na carga horária dos e das educadoras.

- **Preparar o espaço**

O espaço onde decorrem as sessões deve ser preparado com uma configuração flexível e horizontal, logo não formal e não hierárquica, que permita que o educador ou a educadora e os e as participantes circulem facilmente pelo espaço, que se consigam ver todos e todas em plenário (potenciando o diálogo e a inter-relação), e que se possam dividir em pequenos grupos espalhados pelo espaço, caso seja necessário. As sessões podem decorrer no espaço da sala de aula ou outro (não formal), desde que reúna condições.

- **Envolver a família e/ou responsáveis pelos/as jovens**

O envolvimento da família e/ou responsáveis pelos/as jovens no debate sobre este tema poderá constituir um elemento importante do processo educativo. Tratando-se de um tema controverso, sobre o qual existem visões muito díspares, e dependendo do contexto onde estas atividades são realizadas, o educador ou educadora pode considerar importante envolver a família neste percurso ou informar sobre o tema que está a ser trabalhado. Também com esse fim, este recurso prevê algumas atividades fora do contexto da sala de aula, nas quais a família/responsáveis pelos/as jovens poderão ser envolvidos.

- **Flexibilidade dos tempos da sessão**

Os tempos apresentados nos vários momentos de cada etapa do recurso são apenas indicativos, devendo ser adaptados às necessidades e circunstâncias do grupo e do educador ou da educadora, assim como ao tempo disponível para realizar as atividades. Este recurso dá também flexibilidade para ser realizada apenas uma ou duas etapas, se fizer sentido para os objetivos que se pretendem atingir com o grupo.

- **Participação de todos e todas**

Promover um ambiente favorável à participação e ao envolvimento ativo de todos e todas nas atividades, de forma livre e voluntária e de acordo com as características e as motivações de cada um e uma (ex.: se alguém não se sente confortável para participar na reflexão coletiva, pode-se sugerir que fique a registar as ideias principais – todas as participações são válidas!), para que todos e todas se sintam integrados e possam contribuir, apropriar-se e co-responsabilizar-se pelo processo de aprendizagem coletiva.

A opção por metodologias participativas e ativas e pela combinação de diferentes métodos e materiais na construção do recurso, vai ao encontro desta preocupação. Mas inevitavelmente nem todas as atividades corresponderão às necessidades de todos e todas, pelo que o educador ou a educadora deve estar atento.

Talvez seja útil, na primeira sessão, preparar o grupo para esta mudança de metodologia e de ambiente de aprendizagem, menos expositivo e mais interativo e participado, explicando que o tema será trabalhado em várias sessões e a participação de todos e todas é fundamental.

· **Criar um ambiente seguro**

Relacionado com o ponto anterior, é também fundamental que seja promovido um ambiente de aprendizagem e respeito mútuo onde os e as participantes se sintam seguros e seguras, i.e., onde se sintam confortáveis para expressar e partilhar as suas ideias, experiências e emoções, sem julgamentos (e sintam que isso é valorizado), bem como para interagir, explorar, errar e aprender com os outros e outras.

É importante estar consciente e sensível ao facto de certas atividades (ex.: simulações) e questões abordadas no recurso poderem provocar emoções fortes e/ou estar relacionadas com experiências mais ou menos positivas dos e das participantes (ex.: alguém pode ser migrante e ter sofrido discriminação), podendo exigir alguma gestão e apoio. O ideal é que o educador ou a educadora conheça o grupo com quem vai trabalhar (ou consiga saber a sua composição previamente) de forma a antecipar possíveis situações/reações.

· **Como formar grupos e a sua importância**

O objetivo de formar grupos diferentes dos que os e as participantes estão habituados é fomentar os laços, a interligação e a cooperação entre os e as jovens que normalmente não trabalham entre si, visto que, normalmente, tendem a escolher os e as colegas que já conhecem bem.

Há diversas formas de constituir grupos, por exemplo:

Se o grupo tem 20 participantes e são necessários 4 grupos, então atribuímos a cada participante os números de 1 até 4, na forma como estão posicionados na sala. Ou seja, vamos atribuindo um número a cada um ou uma, que tem de o decorar: 1-2-3-4-1-2-3-4-1-2-3-4, até se esgotarem os e as participantes. Depois juntam-se os 5 elementos que têm o número 1, os que têm o número 2 e assim sucessivamente.

Em vez de números pode-se dar o nome de cores "amarelo, violeta, azul, verde" ou letras "ABCD" ou nomes relacionados com as temáticas que se vão tratar "Solidariedade, Igualdade, Justiça, Direitos".

· **Debate volante**

O objetivo do debate volante é favorecer a partilha de pontos de vista e a argumentação a favor ou contra uma determinada afirmação. A característica diferenciadora do debate volante é que os e as participantes podem mudar de posição ao longo do debate, conforme vão concordando com o argumentário exposto.

Exemplo: começa-se por escrever no quadro, ou em duas folhas de papel, a afirmação ou a questão que se vai debater e num dos lados a expressão "concordo" e do outro "não concordo":

"A União Europeia é solidária"

Concordo	Não concordo
----------	--------------

1 - Os e as participantes numa primeira fase devem escolher uma das afirmações e colocam-se (fisicamente) junto da posição com a qual se identificam.

2 - Depois uma das pessoas de cada um dos lados expõe um argumento para defender a sua posição.

3 - Se concordarem com os argumentos os e as participantes podem mudar de posição e movimentar-se para o outro lado.

4 - Cada um dos lados apresenta novamente um argumento para defender a sua posição e, novamente, podem mudar de posição se ficarem convencidos com os argumentos.

5 - O debate continua até que se esgotem os argumentos de cada um dos lados e que cada participante esteja convicto da sua posição.

- **Árvore dos frutos maduros**

Utiliza-se esta dinâmica com o objetivo de sistematizar ideias e separá-las segundo diferentes ordens. Pode ser útil, por exemplo, para consensualizar ideias entre o grupo e excluir outras.

Desenha-se uma árvore no quadro ou numa folha de parede. Cortam-se folhas de modo a formar frutos, os que ficam dentro da árvore estão maduros e os que ficam de fora da árvore estão verdes.

Por exemplo, no caso da dinâmica apresentada, escrevem-se as conclusões consensuais nos frutos e colam-se dentro da árvore (são os frutos maduros) e as conclusões não consensuais (são os frutos verdes) colam-se fora da árvore - ambas a explorar na etapa seguinte.

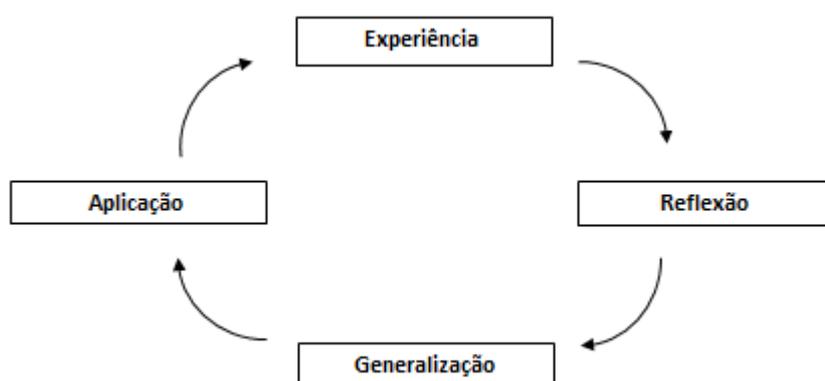
- **Realizar uma simulação (aprendizagem experiencial)**

A atividade de simulação (como por exemplo, a "luta pela riqueza e pelo poder" do subtema *Trabalho e migrações* ou o "hotel do futuro" do subtema *A automatização do trabalho*) consiste numa dramatização estruturada, onde se procura reproduzir uma situação do mundo real. Para tal, são atribuídos papéis/personagens aos e às participantes para representarem tal como acham que esse ou essa personagem agiria.

Trata-se de uma forma de aprendizagem experiencial (aprendizagem através da experiência), em que os e as participantes têm oportunidade de experimentar novos papéis e situações, que conduzem ao confronto entre diferentes conhecimentos, atitudes e posicionamentos, entre pares e dentro de cada um

e uma (pois mobilizam sempre as suas representações e aquilo que são e em que acreditam para este processo).

Contudo, embora a experiência seja o ponto de partida para a aprendizagem, por si só não chega. É preciso depois refletir sobre o que aconteceu e perceber como isso se relaciona com a realidade (através da reflexão coletiva), e depois encontrar formas de transpor e aplicar as conclusões que daí se retiraram para os contextos concretos da vida de cada um e cada uma, consolidando-se assim o processo de aprendizagem. Neste sentido, neste recurso, tendo por base o ciclo de aprendizagem experiencial de David Kolb⁷ (1984), propõe-se uma estrutura cíclica de aprendizagem experiencial pela qual acreditamos que os e as participantes devem passar de modo a se promoverem aprendizagens e mudanças mais significativas:



· “Despir” a pele do ou da personagem

No final de uma atividade de simulação, e antes de dar início à reflexão coletiva, aconselha-se um breve momento de pausa, idealmente com exercícios de expressão física/corporal. Uma atividade que permita aos e às participantes “despir” os e as personagens que desempenharam, pondo fim a eventuais sentimentos e emoções que estas lhe possam ter provocado (sendo que se trata de um exercício individual mas também de grupo). Isto permitirá que, no momento seguinte, na reflexão coletiva, consigam distanciar-se dos seus papéis, olhando-os de fora, de outra perspetiva (enquanto as pessoas que são e não as personagens que foram), e refletir sobre o processo – o que aconteceu e as ligações que aquela experiência tem com as suas vidas, a sua comunidade e o mundo em geral. É essencial não deixar repetir a simulação nesta fase!

· Realizar uma reflexão coletiva

A reflexão coletiva consiste numa conversa estruturada em duas partes. Na primeira, procura-se recordar e relatar o que aconteceu durante a experiência, refletir sobre como é que os e as participantes se sentiram e que significado teve a experiência para eles e elas. Na segunda, mais focada nos conteúdos e no processo, faz-se uma análise crítica da experiência, procurando-se

⁷ Kolb, David (1984), *Experiential learning: experience as the source of learning and development*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs.

diferenças e semelhanças nas vivências e percepções, elaborando conclusões e relacionando-as com o mundo real.

No recurso apresentam-se várias perguntas para apoiar o educador ou a educadora a conduzir este momento, contudo, importa chamar a atenção de que se tratam apenas de sugestões. O educador ou a educadora deve escolher as que façam mais sentido, e/ou ajustar ou formular novas, em função do que pretende explorar (objetivos de aprendizagem) e da sensibilidade que tem do grupo (necessidades e motivações). Não se trata de um momento de avaliação de conhecimentos. Não há respostas certas e erradas ou absolutas, o que traduz justamente a complexidade e controvérsia dos temas.

· **Guardar os registos ao longo de toda a atividade**

Um dos principais instrumentos para a reconstituição das experiências e aprendizagens desenvolvidas são os registos que se fazem ao longo da atividade. Por exemplo, ter como ferramenta um caderno de apontamentos, que nos permita tomar notas das principais reflexões resultantes, é bastante útil para a etapa da sistematização. Para além desta, podem ser igualmente importantes instrumentos como fichas de registo, avaliações, fotografias, vídeos ou outros documentos que se tenha utilizado ou elaborado.

Por este motivo realçamos a importância de guardar todo o material usado e produzido ao longo da atividade, de modo a que seja uma memória viva de toda a experiência e que, a qualquer momento, seja possível aceder a este espólio para reviver e devolver as aprendizagens.

· **Atividades fora da aula**

Atividades realizadas noutros espaços dedicados à formação: um curso ou uma oficina, só para dar alguns exemplos. É possível realizar algumas tarefas fora do espaço de aula ou de formação, tal como a realização do questionário proposto na etapa 1 do subtema “Automatização do Trabalho”. Neste caso, o propósito é estimular a comunidade educativa (pais, encarregados/as de educação, auxiliares) a colaborar e interagir com os alunos e alunas.

APRESENTAÇÃO DOS SUBTEMAS

Automatização do trabalho

A automatização do trabalho surge na Europa, durante a Revolução Industrial, no século XVIII, ligada ao desenvolvimento e aplicação da organização científica do trabalho. Desde então tem passado por várias fases. Alguns autores apontam que vivemos, desde a década de 90, na IV revolução industrial. O que acontece hoje e se prevê para o futuro é igual ao que as sociedades, em várias partes do mundo, conheceram antes?

Definimos “automatização do trabalho” como a alteração, total ou parcial, de atividades laborais humanas pela utilização de dispositivos automáticos, que podem ser mais simples (uma bateadeira elétrica) ou mais complexos (um robô).

Nos séculos XVIII e XIX a introdução da máquina a vapor e as transformações que operou nas fábricas e nos transportes provocou profundas mudanças económicas, sociais, culturais e políticas. Surgiram reações a favor e contra, nasceram inúmeros debates, movimentos migratórios, entre ou para fora de fronteiras nacionais, muito sofrimento, muitas esperanças em dias melhores, muitas lutas, e o reconhecimento de novos direitos.

O debate sobre a aceleração da automatização do trabalho é ainda atual, devido entre outros, ao crescente emprego de robôs - máquinas programadas por computadores, que funcionam através de um controlo externo ou interno, e são capazes de executar um conjunto complexo de tarefas. A robotização não é a única expressão da automatização, mas, ao nível do trabalho, é das que produz maiores impactos.

Pode parecer-nos que esta é uma situação pouco presente na nossa sociedade. Mas se estivermos atentos/as verificaremos que não. É bom treinarmo-nos a descobrir o “invisível”. Além disso, se olharmos para a comunicação social, dar-nos-emos conta de um número cada vez maior de peças sobre o assunto, apresentando, comentando e analisando diferentes perspetivas.

A perspectiva mais comum é aquela que alerta para a perda massiva de empregos por causa da automatização e, sobretudo, da robotização, dos postos de trabalho. Há muitas estimativas e poucas certezas, por enquanto. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho alerta para o facto de se ter verificado historicamente que, ao mesmo tempo que se perdem postos de trabalho devido à generalização de novas tecnologias, se criam outros decorrentes das suas necessidades (desde fabricantes de novos equipamentos, a operadores dos novos sistemas, à extração de matérias-primas para o seu fabrico, por exemplo, de baterias).

Assim, por um lado temos o desaparecimento de postos de trabalho “tradicionais”, por outro, criação de outros tipos de trabalho, em diferentes pontos do planeta e com diferentes condições (manuais, intelectuais, com contrato, precários, até trabalho escravo).

Existe ainda outra pergunta: será possível, a nível mundial e em termos gerais, manter um nível de emprego digno bastante elevado? Ou teremos de enfrentar uma realidade em que haverá um desemprego crónico e massivo? E o que fazer então? Continuar a tendência atual, de polarização, em que uns/umas trabalham muito e outros/as nada, em que uns/umas ganham muito bem e outros/as quase não têm rendimentos dignos, em que os/as que têm emprego auferem os seus direitos e os/as precários/as ou desempregados/as vão perdendo direitos?

Diferentes estudos e autores/as dão respostas diferentes a estas interrogações. O que pretendemos com este recurso educativo não é chegar a conclusões sobre o que vai acontecer - porque ninguém sabe - mas treinar a nossa capacidade de estarmos atentos/as e de descobrirmos o que se passa à nossa volta, no mundo em que vivemos, de debatermos isso mesmo com outras pessoas de modo a compreendermos melhor as questões e

as respetivas implicações, e de conseguirmos posicionar-nos, tomarmos decisões e lutarmos pelo que consideramos mais justo.

As questões centrais são: que impactos tem a automatização nas nossas vidas e, em particular, no trabalho? Que ideias se discutem ou que propostas se tentam concretizar para responder às questões mais problemáticas? O que tem isto a ver com o nosso presente e o nosso futuro enquanto pessoas e enquanto coletivo?

Que tipo de trabalho está a ser substituído por robôs? E que tipo de trabalhos surgem da necessidade de construir robôs? De onde vêm e em que condições trabalham as pessoas que extraem ou produzem as matérias-primas para essa produção? A que modelo ou sistema de produção correspondem estes novos “trabalhadores”?

Trabalho e migrações

Estas duas palavras, em separado ou em conjunto, entram pelas nossas vidas e pelas nossas casas adentro há muito tempo. Desde tempos sem memória que as pessoas se deslocam para fora dos seus contextos, deixando os seus lugares para procurar outros para viver e trabalhar.

As razões para as pessoas migrarem são diversas e, muitas vezes, complexas: económicas, culturais, políticas, devido a perseguições, conflitos, desastres naturais; por vezes de livre vontade, outras vezes forçadas - mas tendo sempre por base que é possível, por direito, fazê-lo.

Colocamos, no entanto, uma questão fundamental: teremos todos e todas os mesmos direitos?

Independentemente das razões que movem os e as migrantes, os direitos humanos são inalienáveis e universais, o que significa que são inerentes a todos e todas e que se aplicam igualmente, sem qualquer distinção e sem fronteiras. Falamos aqui de dois direitos reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948): o direito ao trabalho (art. 23º) e o direito à liberdade de circulação dentro e fora do país (art. 13º).

Não raras as vezes, verifica-se uma grande diferença entre o que é defendido pelos documentos orientadores internacionais (documentos como a DUDH ou documentos da Organização Internacional do Trabalho, etc.) e a realidade, ou melhor obstáculos legais, sociais e estruturais, com que se confronta quem migra e procura trabalho noutros lugares. Acontece, por exemplo, com migrantes indocumentados, migrantes provenientes de países em conflito, mulheres migrantes... cujos direitos são com frequência violados e são discriminados/as no acesso a oportunidades de trabalho e nas condições de trabalho, ficando vulneráveis a situações de exploração.

O acesso a trabalho digno e justo constitui, portanto, um desafio exigente nos percursos de muitos migrantes, ao mesmo tempo que poderá ser um pilar fundamental na sua vida e no seu processo de integração e de inclusão social. Situações de pobreza estrutural, desigualdade e injustiça social – fatores que, alicerçados ao facto de vivermos numa sociedade que prioriza o material e negligencia o valor e os direitos intrínsecos das pessoas e do ecossistema, estão associados ao fenómeno migratório e impelem as pessoas a procurar trabalho noutros lugares - formam um círculo vicioso que deve ser quebrado, mas cuja resolução não passa por barreiras ou políticas anti-migração.

Perante estes desafios, como podemos então participar enquanto cidadãos e cidadãs na promoção da transformação destas situações de injustiça social e desigualdades de direitos fundamentais?

Neste recurso, propomos que educadores e educadoras abordem e aprofundem estas problemáticas com os e as jovens com quem trabalham, de forma a agir sobre a realidade, transformando-a. Propomo-lo a partir das perceções atuais ligadas ao trabalho e migrações, dos direitos fundamentais universais consagrados a cidadãos e cidadãs e das causas estruturais da pobreza, refletindo sempre com um olhar crítico sobre as narrativas que vão sendo construídas.

São estas problemáticas ligadas à complexa relação entre trabalho e migrações que convidamos a conhecer, refletir e agir a partir do recurso, numa abordagem enquadrada no processo educativo da Educação para a Cidadania Global.

As questões centrais são: quem são as pessoas que se deslocam em busca de trabalho? O que causa a necessidade ou a intenção de sair dos seus contextos com o objetivo de encontrar trabalho? Como entendemos e “lemos” as várias experiências de trabalho e de migração e que impacto é que estas têm nas sociedades, tanto local como globalmente?

Ficha técnica

Título: *Trabalho hoje e no futuro*

Ano de publicação: 2018

Autores: CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e Fundação Gonçalo da Silveira (FGS).

Agradecimentos a José Luís Albuquerque pelos seus contributos.

Concepção e execução gráfica: design@carlosguerreiro.eu



LICENÇA BY-NC CREATIVE COMMONS

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

Esta licença permite copiar e difundir esta obra gratuitamente, obriga à referência aos autores e proíbe o uso da obra para fins comerciais.

Este recurso educativo foi produzido no âmbito do projeto “Desafios Globais: reforçar a ECG em meio escolar para responder aos contextos da atualidade”, que contou com o co-financiamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

As opiniões expressas neste recurso são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e da Fundação Calouste Gulbenkian.

CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

O CIDAC é uma Associação, reconhecida como Organização Não Governamental de Desenvolvimento (ONGD), criada em maio de 1974. Tem como missão a promoção da solidariedade entre os povos e o trabalho colaborativo entre pessoas e coletivos de modo a contribuir para o reforço de capacidades para aprender a ler a realidade e nela intervir, potenciando a construção de alternativas para outros modos de vida, solidários e sustentáveis. [Website](#)

Contacto: ed@cidac.pt

FGS – Fundação Gonçalo da Silveira

A FGS é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, jesuíta, que tem como missão combater as desigualdades e as injustiças sociais. Através dos seus projetos e iniciativas, visa construir uma cidadania global capaz de promover o bem comum e de contribuir para a mudança de situações geradoras de pobreza, a nível local e global. Têm especial relevância para o seu trabalho os temas da Cidadania Global, Desenvolvimento, Ecologia Integral e Direito à Educação de Qualidade. [Website](#)

Contacto: ed@fgs.org.pt